



**UNIVERSIDADE
DE LISBOA**



UTL



100 DIAS QUE ABALARAM O REGIME

A CRISE ACADÉMICA DE 1962

L I S B O A :
TINTA-DA-CHINA
M M X I I

Índice

- 7 Aqui fez-se a liberdade
António Sampaio da Nóvoa
- 13 A ruptura
J.M. Brandão de Brito
- 21 Aos estudantes
João Marecos
- ENSAIOS
- 27 1962, ano de fronteira
Fernando Rosas
- 37 O movimento estudantil como motor
da democratização da universidade
e da liberdade em Portugal
José Medeiros Ferreira
- 47 Em torno da «autonomia universitária»:
50 anos mais tarde
Jorge Sampaio
- 53 Primeiro Encontro Nacional de Estudantes,
50 anos depois
José Marques Felismino
- 59 Os valores da geração universitária dos
primórdios dos anos 60:
família e relação entre os sexos
Eurico Figueiredo
- 69 Os católicos na Crise Académica de 1962:
uma história, um testemunho
Maria Benedicta P.B. Monteiro

© 2012, Universidade de Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa
e Edições tinta-da-china, Lda.

Edições tinta-da-china
Rua João de Freitas Branco, 35A,
1500-627 Lisboa
Tels: 21 726 90 28/9 | Fax: 21 726 90 30
E-mail: info@tintadachina.pt
www.tintadachina.pt

Título: *Cem Dias Que Abalaram o Regime.*
A Crise Académica de 1962

Coordenação: Artur Pinto

Autores: Alexandre Alves Costa, Carlos Campos Morais,

Eurico Figueiredo, Fernando Rosas, Jorge Sampaio,

José Augusto Rocha, José Marques Felismino, José Medeiros Ferreira,

Manuela Bernardino, Maria Benedicta Pereira Bastos Monteiro,

Ruben de Carvalho, Teresa Tito de Morais

Prefácios: António Sampaio da Nóvoa,

José Maria Brandão de Brito e João Marecos

Revisão: Tinta-da-china

Composição e capa: Tinta-da-china

1.ª edição: Março de 2012
ISBN 978-989-671-117-7
Depósito Legal n.º 341788/12

| | |
|-----|---|
| 79 | Os estudantes comunistas na Crise de 62 <i>Manuela Bernardino</i> |
| 87 | Coimbra na Crise Académica de 62 <i>José Augusto Rocha</i> |
| 97 | O Porto na Crise Académica de 1962 <i>C. Campos Morais e A. Alves Costa</i> |
| 103 | A importância da propaganda <i>Ruben de Carvalho</i> |
| 109 | Os liceus na Crise Académica de 1962 <i>Teresa Tito de Morais</i> |
| 119 | Esplendor na relva <i>José Medeiros Ferreira</i> |
| | ANEXOS |
| 127 | Cronologia: dez anos de luta estudantil, 1952 a 1962 <i>Comissão Organizadora das Comemorações da Crise Académica de 1962</i> |
| 143 | Greve de fome |
| 149 | Estudantes expulsos |
| 151 | Agradecimentos Créditos para fotografias e documentos |

Aqui fez-se a liberdade

Meu canto se renova
E recomeço a busca
De um país liberto
De uma vida limpa
E de um tempo justo

Recorro a Sophia, *Esta Gente*, para falar da Crise Académica de 62. Foi longa e dura a luta pela liberdade em Portugal. Mas, para a minha geração, 24 DE MARÇO DE 1962 é a data que marca o princípio desse «dia inicial inteiro e limpo», 25 DE ABRIL DE 1974.

Os anos de 1961-1962 foram difíceis para o regime: o assalto ao *Santa Maria*, a retirada de Goa, Damão e Diu, a guerra colonial em África, as tentativas de sublevação e de revolta contra o regime... A Ditadura abalou, mas resistiu. Foi preciso lutar mais doze anos para «emergirmos da noite e do silêncio».

A Crise Académica de 62 é um tempo de viragem. O regime perde definitivamente as elites estudantis. A geração de 1962 vai-se renovando, e passando o testemunho, através das lutas académicas de 1965, de 1969, de 1972... Abril está cada vez mais próximo.

Uma parte importante da acção estudantil tem lugar na Cidade Universitária, em torno da Cantina e do novo edifício da Reitoria, inaugurado a 3 de Dezembro de 1961. Para o gabinete do reitor, Rogério Ribeiro concebe uma belíssima Tapeçaria de Portalegre, *No Limiar da Idade Atómica*, representando o ser humano a explodir no universo. «O que torna esta época singular e perturbadora é que o homem pode ao mesmo tempo

ir à Lua e ter um polícia dia e noite a guardar-lhe a porta» — escreve Miguel Torga, poucos dias antes, no seu *Diário*.

A Crise de 1962 divide a meio a história da Universidade de Lisboa. É o momento mais marcante desde que a Universidade foi restabelecida pela República, em 1911. Pela sua acção e pelo seu espírito, os estudantes libertam a imagem da Universidade de um lastro salazarento que, apesar de muitos professores notáveis, alguns presos e expulsos pelo Estado Novo¹, havia marcado a sua existência nas décadas de 30, 40 e 50. A partir de agora, a Universidade de Lisboa deixa de ser apenas a universidade do regime, passa a ser também a universidade da contestação estudantil e da liberdade.

O gesto da juventude universitária de 1962, o seu espírito, a sua atitude e a sua autenticidade constituem, por isso, um legado de valor incalculável. É esse legado que diariamente procuramos honrar na luta pela autonomia, no apego à liberdade e à participação, na responsabilidade pública enquanto UNIVERCIDADE — universidade da cidade, da *polis*, da *res publica*.

- UM PAÍS LIBERTO. É pela autonomia que se batem os estudantes de 1962, prolongando um combate que se tinha iniciado em 1956, contra o decreto-lei n.º 40.900. No decurso da Crise vão procurando o apoio possível das autoridades universitárias. Contam com a solidariedade de vários professores. Mas o reitor hesita. De acordo com testemunhos da época, em particular de Victor Wengorovius, Marcelo Caetano não ousa enfrentar os poderes instalados. Lamenta-se apenas, incapaz de cumprir a sua palavra pe-

rante os estudantes: «Já não mando nada neste país.» Teve a dignidade de se demitir, mas não soube estar à altura dos acontecimentos. Talvez a Primavera Marcelista se tenha perdido aqui, e não anos mais tarde, quando tentou acontecer. Para os estudantes, autonomia já quer dizer liberdade, como bem se percebe nos comunicados das associações de estudantes. Em tudo se reconhece a procura de um país liberto de um regime que se tinha tornado insuportável.

- UMA VIDA LIMPA. Lisboa não é Paris. Março de 62 não é ainda Maio de 68. Mas estes estudantes, que pertencem sobretudo às elites, revelam uma vontade imensa de viver plenamente a vida. Um ano antes, em 1961, a *Via Latina*, jornal académico de Coimbra, publicava a «Carta a uma jovem portuguesa», grito de revolta e de libertação: «A nós rapazes, de viver do lado de cá, onde temos uma ordem social que em relação a vós nos favorece. Para vós, raparigas, o lado de lá desse muro; o mundo inquietante da sombra e da repressão mental.» É inequívoca a dimensão política da luta estudantil, mas há também uma ruptura geracional, uma nova relação com a sociedade e a cultura, uma mudança profunda nos costumes e, em particular, na posição da mulher: «Tens de ajudar, criticar, disparatar (porque não?). Tens de derrubar connosco o muro que nos separa.» Este desejo de viver não cabe nos limites de um regime autoritário, amarrado à tradição e a uma moral conservadora. A Crise de 1962 é causa e consequência de mudanças profundas na sociedade portuguesa.
- UM TEMPO JUSTO. Um sentimento de injustiça e de incompreensão atravessa as perguntas dos estudantes. Porquê? Porquê uma acção que tudo reprime, que tudo impede? Porquê? Por essa altura, desfila em Coimbra, num cortejo académico, a seguinte legenda: «Em Portugal não há pena de morte, há pena de vida.» As leituras, as viagens, a música

¹ Em 2011, graças à colaboração da Fundação Pulido Valente, Instituto de História Contemporânea da FCSH/UNL, Fundação Mário Soares e Movimento Cívico *Não apaguem a memória!*, foi colocada no átrio da Reitoria da Universidade de Lisboa uma placa de homenagem aos docentes e investigadores demitidos das universidades portuguesas pelo Estado Novo.

vão abrindo um mundo de infinitas possibilidades. Os estudantes de 1962 sentem-se presos a um passado e a um presente que os asfixia. Para se libertarem precisam de vencer o medo. Um dos mais importantes legados da Crise de 1962 é a possibilidade de enfrentar poderes que pareciam eternos. Vire-se do avesso Alexandre O'Neill: os estudantes deixaram de ter medo, que era justamente o que o medo queria. Ao fazê-lo, abriram portas que até aí estavam fechadas, portas que *fomos* atravessando e assim abrindo novas portas. Os anos seguintes, de repressão e de guerra, seriam muito duros. Mas a vontade de um tempo justo nunca mais abandonaria os jovens portugueses. E Abril fez-se presente.

Trago comigo há muitos anos este agradecimento aos estudantes de 1962. Quero deixá-lo, inteiro, neste Cinquentenário. Sem memória nada somos. Mas a memória não interessa; interessa, sim, o que dela fazemos.

E DEPOIS DA LIBERDADE? A atitude dos estudantes de 1962 inspira um pensamento crítico sobre Portugal:

um país liberto,
porque a liberdade não existe
na pobreza e na desigualdade;

uma vida limpa,
porque uma «vida passada a limpo»
exige um compromisso de mudança;

um tempo justo,
porque o tempo de hoje não é justo,
mas é preciso transformar o desespero
em acção e não queimar o Portugal futuro
na fogueira deste insensato presente.

2012. Cinquenta anos depois é preciso repensar Portugal com a mesma coragem, com a mesma ousadia, dos estudantes de 1962. Não podemos perder o país por silêncio ou por renúncia.

Hoje, o nosso caminho faz-se na diversidade, na diferença, no debate, na participação.

De todos.

Sem liberdade não há caminho!

António Sampaio da Nóvoa
Reitor da Universidade de Lisboa

A ruptura

No decurso da viagem, Alice encontrou muitos caminhos que seguiam em várias direcções. Nessa altura, perguntou a um gato que estava sentado numa árvore:

– Podes dizer-me, por favor, que caminho devo seguir para sair daqui?

– Isso depende muito de para onde queres ir — respondeu o gato.

– Mas eu não sei...

O gato, então, respondeu:

– Sendo assim, qualquer caminho serve.

Lewis Carroll, 1865

Em 1962, os estudantes universitários, perante a falta de liberdade e de alternativas, escolheram deliberada e conscientemente o seu caminho: decidiram-se pela contestação ao Estado Novo, recusaram a Ditadura. Vislumbraram que a saída só tinha um sentido: lutar contra o ambiente asfixiante que se vivia no País, dizer não à guerra colonial, começar a construir um futuro diferente, corajosamente dispostos a afrontar o desconhecido, trocando as entorpecentes comodidades proporcionadas pela situação, pelas incertezas e pelo risco de um mundo que mal conheciam mas que adivinhavam mais estimulante que aquele onde estavam condenados a viver.

De resto, a universidade, como comunidade de mestres e estudantes, nos seus três pólos, Lisboa, Coimbra e Porto, nunca deixou de incomodar o regime saído da Ditadura iniciada em Maio de 1926: primeiro, defendendo as liberdades e os princípios democráticos e republicanos, depois reagindo contra toda a ordem de prepotências que sobre ela caiu. Ataques à autonomia universitária, fecho de escolas, repressão sobre estudantes e professores — ainda há pouco a Democracia teve oportunidade de homenagear os professores que, entre 1934 e 1973, por delito de opinião ou por tomadas de posição desafectas ao regime, foram sendo expulsos das nossas universidades e impedidos de exercer a sua profissão — cargas policiais, a ilegalização das suas associações representativas, prisões arbitrárias, perseguições.

Perante as discordâncias, o Regime só sabia responder com violência e repressão. Os protestos estudantis de 62 constituíram o motivo para mais uma exibição de força, o pretexto para mostrar que ainda estavam vivos quando, afinal, decadentes caminhavam irrevogavelmente para o fim. O diálogo, a negociação, a tentativa de compreender o outro e as suas razões eram conceitos banidos do seu léxico. *Quem não está por mim é contra mim*. Não podia haver meio-termo.

Em 1962 a juventude estudantil tinha finalmente perdido a ingenuidade mas não a generosidade da defesa das suas grandes causas e dos seus ideais. Compreendia melhor que ninguém, como o Mundo, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, estava a mudar a uma velocidade vertiginosa, em contraste com a lentidão e o marasmo cultivados pelo salazarismo.

O conservadorismo social, económico e cultural do regime, os seus receios atávicos em relação ao progresso e à mudança impediam-no de ir mais longe; de sequer se atrever a reconhecer o seu isolamento, que, num acto de fuga para a frente, proclamava irredutível e orgulhosamente, como se de

uma enorme virtude se tratasse. Mas também do pragmatismo de quem tinha a percepção de que a cedência podia precipitar o fim; que negociar podia ser a abertura de um precedente fatal para a sua sobrevivência, o início de uma espiral de contestação com um final imprevisível. *O poder não dialoga, ouve com humildade e decide com autoridade*, diria anos mais tarde (1968), numa síntese esclarecedora, o último ministro do Interior de Salazar, Gonçalves Rapazote.

A ofensiva do Estado Novo articulava-se e concertava-se em estreita relação, desde os seus alvares, com os princípios defendidos pela ideia corporativa e a criação do *homem novo*, do *homo corporativus*, o que constitui uma das primeiras manifestações do carácter autoritário do novo regime: a imposição de uma única forma de pensamento, através da qual se articula a sua actividade política, a sua actividade cultural, a sua acção educativa, todas fazendo parte de um mesmo corpo doutrinário que tem os seus fundamentos no corporativismo como sistema ideológico. Assim, o corporativismo pretende-se um sistema perfeito, isto é, completo, por abranger todas as áreas de actividade e do pensamento humanos.

Desde já, duas referências importantes que constituem outros tantos traços essenciais do preconizado corporativismo contemporâneo: o seu carácter nacionalista, que se traduz no apelo à organização das forças nacionais, e a repetida alusão ao instinto dos povos, que coloca o corporativismo no domínio de um certo irracionalismo, no qual a intuição sobreleva a razão. O corporativismo elege como espaço a nação e a instituição e, como método, com algumas reservas, o pragmatismo. Era neste contexto que surgia a questão da liberdade *versus* organização, do interesse individual *versus* o interesse do grupo. Da inexorável derrota dos primeiros pelos segundos.

O pensamento livre, fora da absorvente tutela do Estado, só podia ser encontrado em pequenas bolsas, em recantos

escondidos de umas poucas instituições que resistiram sempre e conseguiram manter-se fora do alcance dessa tutela.

Algumas dessas bolsas nasceram na universidade, que, mesmo subalternizada, tal como o saber científico e a investigação que o devia alimentar, conseguiu encontrar os caminhos da sobrevivência num ambiente ora hostil ora indiferente.

Quase tudo se subordinava à vertigem da propaganda.

À universidade estava então reservada uma importantíssima função no quadro do Estado Novo, nestes primeiros tempos de maior fervor ideológico: o de ser o cadinho de reprodução política e ideológica das elites do estado, da organização corporativa, da (nova) administração local, das profissões liberais, dos agentes culturais e das principais actividades económicas. Dito de outra forma, a universidade era um alfobre da ideologia que formatava as elites e prolongava formas de pensar e agir, sem cuidar da sua própria actualização: dos seus alunos, dos seus saberes, dos seus professores, dos seus métodos pedagógicos. Por isso, a universidade enquanto instituição esteve em grande parte ausente do desenvolvimento económico e social que, apesar de tudo, se foi consolidando a partir do pós-Segunda Guerra Mundial e, sobretudo, na década de 60.

Ora, esta concepção era incompatível com resistências, com fazer e pensar diferente, com organizar fora dos estreitos espaços deixados pelas instituições corporativas.

Mas a subalternização da universidade, como repositório e divulgadora do saber científico, foi também fruto da controvérsia que até meados dos anos 50 dividiu a sociedade portuguesa: a dimensão que assumiram as discussões entre conservadorismo e modernidade, onde se chocavam dois conceitos globais: o do conservadorismo ruralizante e o da modernidade cosmopolita e da inovação; de um lado, o recuo defensivo para a tradição conhecida, testada, tranquilizante porque imobilista, de outro, embora dentro dos limites do espírito da época,

o avanço para o progresso e para o desenvolvimento, a abertura para novos saberes e para soluções inovadoras, capazes de romper os imobilismos atávicos da sociedade portuguesa, dispostos a avançar para o futuro desconhecido e imprevisível.

Esta é uma das razões, porventura a mais importante, para a lenta abertura da nossa universidade, não só aos novos saberes mas também a novos grupos sociais, designadamente, de uma classe média que lentamente ia emergindo.

Estava-se então, como em tantas outras ocasiões, num país governado por quem vivia à margem e à revelia do que se passava no mundo, fraco no seu autoritarismo e na soberania com que encarava a evolução que acontecia à sua volta. Estava-se também perante um verdadeiro conflito de interesses entre os dois grupos sociais dominantes, com raízes fundadas na sociedade portuguesa; o tal choque entre duas concepções radicalmente divergentes e antagónicas sobre o futuro e a evolução das formas de desenvolvimento social. Note-se que esta oposição se ia efectivando e aprofundando sem que nenhum dos grupos visasse a destruição do outro; limitavam-se a tentar salvaguardar o que pensavam ser essencial para a sua própria sobrevivência e, no fundo, aceitaram durante décadas a arbitragem benevolente do Estado dirigido por Oliveira Salazar.

A vitória, mesmo temporária, dos primeiros, significou também a subalternidade da universidade, onde alguns resistentes remavam contra uma certa forma de obscurantismo refinado, um saber que não inova, antes procura perpetuar a ortodoxia, conservadora e retrógrada, das «grandes verdades universais».

O fim da Segunda Guerra mundial veio pôr termo a esta situação asfíxiante, porque, como alguém diria mais tarde «os ventos da história» começaram a atravessar o país e a mostrar como o seu atraso estava a comprometer o próprio regime.

No início desta década de 60, o presidente do Conselho estava a envelhecer, cada vez mais isolado, a perder discernimento e poder. Sobretudo, a sentir-se acochado dentro e fora do seu círculo restrito de até então incondicionais. Os golpes palacianos, as revoltas militares, as sequelas da campanha para a Presidência da República de Humberto Delgado faziam aparecer as primeiras fracturas graves no seio das elites do Estado Novo. Se a tudo isto somarmos a actividade dos movimentos de libertação das colónias, o início da guerra colonial, a consciência de que a era dos impérios chegara ao fim, de que a sua defesa, nos termos em que Salazar a colocara, era um projecto inconsequente e, desde logo, sem qualquer sentido, todos estes acontecimentos que iam assolando o regime mostravam que era necessário encontrar uma resposta fora dos limites que até aí tinha sido possível impor.

Foi esse movimento, de contestação ao autoritarismo e à arbitrariedade, que os estudantes, integrados nas suas associações, engrossaram e dinamizaram. Primeiro, reivindicando questões pontuais, sem que existisse uma estratégia comum. A uma iniciativa pequena ou grande, relevante ou irrelevante dos estudantes seguia-se, normalmente, uma reacção policial desproporcionada. Depois, à medida que as forças da oposição, professando várias ideologias, católicas ou laicas, enquadradas partidariamente ou não, se conseguiam organizar, as respostas foram sendo cada vez mais consistentes e consequentes. A consciência de que eram mais do que simples figurantes da História foi ganhando expressão e espessura. Em 62, os estudantes das três academias assumiram por inteiro esse protagonismo e não houve repressão que lhes fizesse perder o rumo até à vitória de Abril, onde, apesar de parcialmente esquecidos, foram também elementos decisivos, quer no interior e no exterior das universidades — onde organizaram movimentos cívicos e políticos que desempenharam um papel de

grande importância durante os períodos iniciais de construção da Democracia —, quer como milicianos fardados, de uma guerra que não era a sua, que no terreno ajudaram a consolidar as generosas propostas do Movimento das Forças Armadas.

J. M. Brandão de Brito

Vice-Reitor da UTL

Aos estudantes

Dia 24 de Março de 1962. Apesar de proibidos pelo Ministério da Educação Nacional, os estudantes juntam-se numa marcha pacífica de celebração do Dia do Estudante, que partiu da Cidade Universitária em direcção a um restaurante onde o reitor da Universidade de Lisboa prometera um jantar.

No Campo Grande, a meio caminho, a força policial de choque carrega contra o corpo estudantil, numa demonstração de prepotência e autoritarismo, pedras-de-toque do regime que então vigorava.

Investiu-se contra alguns estudantes, procurando, no fundo, desmobilizar todos. Pretendia-se esvaziar um movimento que indiciava já comungar dos valores que mais tarde trouxeram a Liberdade.

O regime percebeu, e bem, que a união dos estudantes em torno de uma mesma causa representava a criação de uma estrutura inconscientemente poderosa, impiedosamente resoluta e corajosamente rebelde. Ao tentar derrubar os estudantes, o governo consciencializou-os do seu poder e desencadeou uma crise académica que desembocou em meses de confrontos, manifestações e ocupações.

Cinquenta anos volvidos, celebra-se a coragem dos que lutaram, numa época em que o conformismo dava emprego.

Dos que gritaram, quando era o silêncio a garantir o conforto.

Celebra-se também o dia em que os estudantes ganharam consciência de que, unidos, eram temidos por um regime que impunha o medo.

Eram de outra monta os problemas que então se punham. Não estarei certamente a ser sério se pretender compará-los com os que actualmente enfrentamos. Não por não serem graves, os actuais. Mas, à data, lutava-se pelo direito a lutar. E venceu-se. Vivemos hoje numa sociedade livre, democrática e que possibilita a livre expressão. As nossas guerras são, assim, outras.

Lutemos pois por regimes mais justos de atribuições de bolsa. Melhores e mais transparentes métodos de avaliação. Lutemos por condições logísticas compatíveis com a função inestimável da Universidade.

Temos, colegas estudantes, essa obrigação, a de honrar um historial de inconformismo sustentado na firmeza olímpica com que os estudantes de 62 defenderam os seus direitos.

Então diziam deles serem arruaceiros, anarquistas, extremistas, criminosos. Prenderam alguns, espancaram outros. Cinquenta anos depois, prestamos-lhes homenagem.

Não só a esses, mas a todos os que, imbuídos desse espírito de estudante, lhes seguiram os passos. Se hoje tenho a honra de participar com esta singela contribuição nas Comemorações do Dia do Estudante, a eles lha devo, que ao quebrarem o silêncio dos que menos mandam deram voz aos que mais podem, aos que mais querem, aos que mais interessam num âmbito de aprendizagem.

Assim sendo, restam-nos duas hipóteses:

1) Passarmos pela Universidade incógnitos, alheios à massa que nos rodeia, singularizando em cada um de nós os problemas que são de todos, rumando despreocupadamente ao

diploma, considerando a jornada académica um mero meio na prossecução desse fim;

2) Fazer da viagem o objectivo, que redundará sempre em mais do que um grau académico. Como dizia o poeta, «quem já passou por essa vida e não viveu, pode ser mais, mas sabe menos do que eu».

O estudante que hoje se honra é aquele que se revê no espírito de 62, que não abdicou de ideais para evitar a prisão, que gritou “autonomia!” em troca de violência.

Não nos é hoje pedido tanto, porque ontem houve estudantes.

Cabe-nos agora a nós, estudantes de hoje, agradecer o exemplo, o sacrifício e as oportunidades que nos abriram os estudantes de ontem. Que este reconhecimento represente o nosso abraço aos vossos ideais estudantis, que as vossas vitórias sustentem muitas mais que alcançaremos.

Agora é a nossa vez. Honremos o estudante!

João Marecos
Presidente da AAUL

100 DIAS QUE ABALARAM O REGIME

*foi composto em caracteres Hoefler Text
e impresso na Guide, Artes Gráficas,
em papel Coral Book de 90 g,
no mês de Março de 2012.*